

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(Da Deputada Gorete Pereira)

Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 5.451, de 2009, que regula as profissões de Promotor de Vendas e de Demonstrador de Mercadorias.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública, em data a ser agendada, a fim de debater o Projeto de Lei nº 5.451, de 2009, que trata da regulamentação de profissão de promotor de vendas e de demonstrador de mercadorias, quanto aos aspectos constitucionais.

Na oportunidade, indico para debater o tema:

- **Manoel Dias**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (MTE);
- **Ives Gandra da Silva Martins Filho**, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- **Marcus Vinicius Furtado Coêlho**, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- **Levi Fernandes Pinto**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC);
- **Luiz Santos Souza**, presidente do Sindicato dos Promotores, Repositores e Demonstradores de Merchandising do Estado de São Paulo (Sindprodem).

JUSTIFICAÇÃO

Trata o Projeto de Lei nº 5.491/2009 de regulamentar as profissões de Promotor de Vendas e de Demonstrador de Mercadorias definindo-os como

ECA34CE904

ECA34CE904

peças que exerçam em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de promoção de vendas e de demonstração de mercadorias, como empregados contratados diretamente pelas indústrias ou por empresas prestadoras de serviços contratadas por estas, para prestarem serviços no âmbito dos estabelecimentos de comércio atacadista ou varejista, com nível médio de instrução.

Ocorre que essas profissões que se pretende regulamentar já estão contempladas na recente Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013, que dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de comerciante, e alcança todo trabalhador que atua no ramo do comércio e serviços.

O projeto, ao definir as atribuições do promotor de vendas (planejar vendas; acompanhar clientes pós-vendas; empregar técnicas de atendimento adequadas que proporcione a satisfação do cliente) e do demonstrador de mercadorias (demonstrar produtos e serviços; oferecer os produtos para degustação ou distribuição de amostras; prestar informações sobre a qualidade e as vantagens de aquisição de mercadorias; utilizar técnicas de venda, de atração de clientes e de atendimento), apenas copia a descrição das atribuições constantes do Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) para os vendedores do comércio atacadista e varejista (código 5211), abaixo transcrito.

5211 :: Operadores do comércio em lojas e mercados

Títulos
5211-05 - Vendedor em comércio atacadista
5211-10 - Vendedor de comércio varejista
Atendente de balcão, Consultor de vendas, Fiscal de loja, Operador de vendas (lojas), Recepcionista - em vídeo locadora, Vendedor - no comércio de mercadorias, Vendedor interno
5211-15 - Promotor de vendas
5211-20 - Demonstrador de mercadorias
5211-25 - Repositor de mercadorias
Arrumador de prateleiras - em supermercados, Arrumador de prateleiras - no comércio, Operador de supermercados, Repositor - em supermercados
5211-30 - Atendente de farmácia - balconista
Ajudante de farmácia
5211-35 - Frentista
Atendente de posto de gasolina, Bombeiro de posto de gasolina
Descrição Sumária
Vendem mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha. Registram entrada e saída de mercadorias. Promovem a venda de mercadorias, demonstrando seu funcionamento, oferecendo-as para degustação ou distribuindo amostras das mesmas. Informam sobre suas qualidades e vantagens de aquisição. Expõem mercadorias de forma atrativa, em pontos estratégicos de vendas, com etiquetas de preço. Prestam serviços aos clientes, tais como: troca de mercadorias; abastecimento de veículos; aplicação de injeção e outros serviços correlatos. Fazem inventário de mercadorias para reposição. Elaboram relatórios de vendas, de promoções, de demonstrações e de pesquisa de preços.

ECA34CE904

ECA34CE904

Por outro lado, vem o Poder Executivo, nos últimos anos, vetando sistematicamente os projetos visando à regulamentação de profissão, por afronta a Constituição Federal.

Ao vetar a regulamentação das profissões de ortopedista, de motorista autônomo locador de táxi e de cabeleireiro profissional, conservador-restaurador de bens culturais móveis, catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel, DJ ou profissional de cabine de som, apicultor entre tantos outros, justificou que o art. 5º, XIII, da Constituição Federal, procurou restringir esta liberdade apenas às profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à vida, à saúde, à liberdade, à educação, à honra e à segurança do cidadão, facultando ao legislador ordinário a adoção de determinadas condições de capacidade para o exercício de atividades ligadas a estes fins, o que não se vislumbra nos presentes casos.

Diante do exposto, apresento o presente requerimento para permitir um amplo debate do Projeto de Lei nº 5.451, de 2009, de modo a subsidiar o relator na elaboração de seu relatório e dos nobres colegas desta Comissão na deliberação do tema.

Sala da Comissão, em de de 2013.

GORETE PEREIRA
Deputada Federal

ECA34CE904
ECA34CE904